



INÊS PEDROSA

**O PROCESSO
VIOLETA**

ROMANCE

INÊS PEDROSA

O PROCESSO VIOLETA

1.

Eros, o deus do Amor, começou por seduzir Psique a mando da mãe, Afrodite, deusa da Beleza, mas apaixonou-se pela cativante mortal e recusou o desígnio materno de a destruir. A experiência do amor fez com que Eros deixasse de agir como um menino obediente, tornando-se senhor das suas vontades. É certo que, ao escolher a mulher que a deusa-mãe considerava sua rival em beleza, permanecia sob o fascínio e o modelo da mãe; e quando decidiu salvar Psique e viver para sempre com ela, reportava-se ainda à figura materna, contestando-a. O «não» é a porta da maturidade, que arranhamos na aprendizagem inaugural da linguagem; quando conseguimos abri-la e atravessá-la, rasgamos um caminho autónomo a partir do território conhecido. Também por intermédio do amor aprendeu Psique a insubordinação. Infringindo a regra de invisibilidade decretada por Eros – encontravam-se e amavam-se às cegas, nas trevas da noite; apartavam-se ao raiar do Sol –, aproximou uma vela do rosto do amado: não amava o amor enquanto cegueira e sonho, procurava nele revelação e conhecimento. A cera ardente cai no ombro do amante, ferindo-o, instruindo-o sobre a inviabilidade das meias escolhas: ocultando a Psique a sua identidade, Eros permanecia sob o domínio de Afrodite, a temível mãe.

O amor das mães, bíblicamente concebido em segredo, a mando de um deus que comunica através de um subalterno – o anjo Gabriel –, aparece envolto no clarão turvo do sacrifício, da renúncia e da humilhação. De cada mulher que traz ao mundo um novo ser espera-se que seja a mãe de um deus e que se comporte como tal,

curvando-se perante o filho como perante o pai ausente: «Faça-se em mim segundo a sua vontade.» Mas ninguém, nem mesmo um deus, consegue abdicar absoluta e absurdamente de si próprio sem que essa abdicação se torne matéria esconsa de um conflito sem tréguas. O amor das mães é cego porque principia no suplício de virar um corpo do avesso, rendendo-o e devotando-o ao corpo que dela irá nascer. A boa mãe é a que se mostra capaz de desistir de si mesma a favor dos filhos – toda a história da literatura repete esse «faça-se em mim segundo a sua vontade» e o seu contraponto, que é o da posse absoluta. A mulher que prescinde da sua identidade para se entregar aos filhos declarará guerra a qualquer criatura que pretenda ocupar no coração do filho o lugar dominante. O sacrifício reclama homenagem e retribuição. O amor impõe-se como trunfo e espada; não há amor a fundo perdido, sobretudo para quem tem o amor como único poder. A mãe Afrodite autoriza ao filho o sexo, mas não a relação de enamoramento, o encontro desejado entre iguais que varre para longe o amor sacro e sacrificado, hierárquico, ritual e desprovido de evolução.

Ao acender a vela para iluminar o rosto do amante, reivindicando o direito a amar com os olhos abertos, Psique destrói não só o domínio cego do amor materno como o paraíso totalitário do amor sem escolha. Sob a chama da vela, a beleza do rosto amado estremece, e essa fragilidade confere-lhe o carácter inesquecível de uma aparição. Psique contempla a pele, as sombras, os cílios, o silêncio, a boca, o pescoço, os dedos, a respiração, os mamilos escuros de Eros – e, a partir do momento em que o vê, o seu amor torna-se uma escolha, não um acontecimento a que se submete. Uma rude gota de cera cai no ombro do amado e desperta-o: a luz trémula da vela ilumina-lhe ainda por um segundo o olhar de fogo e fúria. Regressa o negrume; não mais o estremecimento das sombras, a fluidez dos traços desenhados pela chama inconstante do amor. A primeira reacção de Eros é de medo e rejeição: a cera da vela que a amante incendiou queima-o tanto como a desobediência que desencadeou esse acto; então repudia-a e refugia-se de novo no colo materno. Psique terá de vencer uma sucessão de provas aparentemente insuperáveis que lhe são colocadas pela mãe Afrodite, sem que Eros se mova para rejeitar

a ordem materna nem tente ajudar a amante a ultrapassar essas provas. O conto em que o poeta latino Lúcio Apuleio narra este enredo mitológico inocenta-o: mostra-nos um Eros cândido, distraído, ignorante das provações a que Afrodite sujeita Psique. A distração é uma prerrogativa arcaica dos deuses e dos homens.

A passagem da fantasia à realidade tem os seus custos, dolorosos, mas também inesperados apoios e recompensas. O amor dá, não só o que não tem como o que nem sequer sabe que tem. Assim, este mito grego, que chegou até nós através de Apuleio, é um mito feliz, uma história que acaba bem. Um mito invulgar, vindo de uma Grécia Antiga semelhante ao nosso tempo, que vivia da sublimação através da tragédia, evitando a maturidade, empurrando para o destino a factura pesada da culpa e da responsabilização.

Édipo representa a figura trágica do homem involuntariamente condenado ao mal: o filho que, em plena inconsciência, mata o pai e casa com a mãe. Por isso, com o contributo inteligente e desolado de Sigmund Freud, se tornou tão famoso. O mito de Eros e Psique não é menos importante para o entendimento da natureza humana – a bela Psique está na génese da própria palavra psicanálise –, mas fala-nos de um mundo subtil onde as crises são passagens e não obstáculos intransponíveis, um mundo de relações fluídas, em contínua transformação, um universo maternal onde as rivalidades se dissolvem através do amor e da beleza, que são uma e a mesma coisa. Trata-se de um mito exigente, inacabado; a felicidade não deixa rasto nem imagens paralisantes. Não se compadece com a imobilidade do medo nem com a sua catarse. Força-nos ao movimento da escolha.

O mito de Eros e Psique acudiu-me à memória a propósito do Processo Violeta, um caso que fez escândalo na década de 80 e cujas minudências me foram contadas recentemente pela minha velha amiga Ana Lúcia Soveral, que se viu implicada nos seus bastidores enquanto sobrevivia a um drama pessoal, que também relatarei nestas páginas. O leitor compreenderá a ligação entre os factos e o mito, se dispuser de paciência para ler este romance e se pertencer a essa fina-flor de almas sábias que encontram na hipérbole da ficção uma verdade mais cirúrgica do que a fornecida pela científica dieta dos documentos.

2.

Seria provisória, aquela escola. Um rectângulo largo de pavilhões pré-fabricados. Paredes de contraplacado, janelas de alumínio, telhados de zinco. Salas enregeladas no Inverno, escaldantes no Verão – mas no Verão já o sítio estaria deserto; bastaria aguentar o calor ocasional dos primeiros quinze dias de Junho. Em 1987, o aquecimento global ainda não arrancava manchetes. A escola havia sido construída em 1975, à pressa, por causa da democracia. De repente, toda a gente tinha direito a estudar, pelo menos durante nove anos. Matara-se e enterrara-se, com dispensa de velórios, a ideia de que, acabada a quarta classe, o filho do sapateiro deveria pôr-se a fazer sapatos e a filha da criada de servir deveria entrar na casa dos patrões e aprender a liturgia da servidão. Os filhos dos ciganos, os filhos dos africanos, os filhos dos retornados, todos esses filhos eram agora legalmente iguais durante o horário lectivo e no espaço escolar.

A escola situava-se numa povoação ribeirinha dos subúrbios de Lisboa que, em tempos idos, fora a primeira estação balnear da cidade. Ao longo do século xx, o apelo do turismo conduziu à lenta criação de povoados no entrosamento do rio Tejo com o mar, num traçado contínuo de palacetes, jardins, moradias, hotéis, bares e restaurantes que viria a chamar-se Linha do Estoril. Os areais pedregosos e cinzentos das praias fluviais encostadas à capital, de águas poluídas pelo trajecto dos barcos de mercadorias, foram ocupados pelos edifícios das indústrias piscatórias, à medida que os banhistas avançavam para as praias de mar aberto e areia branca, a partir de Oeiras. A terreola onde, em meia dúzia de revolucionárias semanas, se plantara a escola

que interessa a este romance, adquiria o perfil esquizofrénico da modernidade: a sul, à beira-rio, era uma zona industrial; ao centro, uma aldeia burguesa com um mercado fervilhante onde as empregadas domésticas, niquentas, ainda trajadas de criadas de servir, escolhiam pelos olhos e pela solidez da carne os coelhos vivos que faziam esfolar à sua frente; a norte, era um dormitório vertical, em expansão. A escola enfiara-se num baldio desse bairro composto por prédios de classe média, alguns altaneiros, desempenados, com dez andares, cores claras, varandas para a frente e marquises para as traseiras, outros baixos, desmaiados, envelhecidos. Um pouco adiante divisava-se um dos vários bairros-de-lata da periferia, uma colina coberta de barracas de madeira e zinco, supostamente provisórias, como a escola. Essa encosta escarpada de casebres amontoados tinha uma frontaria de casas de tijolo, sem reboco mas com água e luz legalizadas, conhecidas por «casas clandestinas», o que os seus habitantes naturalmente consideravam ofensivo, já que tinham construído as casas à luz do sol e da polícia, e pagavam facturas de gás, electricidade e telefone. Certo é que o bairro-de-lata da Pedreira durou menos do que a escola provisória; no fim da década de 90, todos os seus moradores estariam realojados em bairros ditos sociais – caixotes de cimento verde-alface ou rosa-choque, distantes do Tejo, nas traseiras dos labirintos anárquicos de dormitórios burgueses. A escola durou até à entrada do milénio, quando já não havia no contraplacado dos muros espaço para escrever mais nenhuma mensagem de raiva ou de insulto, tendo metade dos vidros já sido substituída por plásticos colados com fita adesiva de embalar caixotes, e quando os pais de classe média adiavam o projecto de comprar um monte no Alentejo – o sonho burguês da década de 90 – para conseguirem meter os filhos em colégios católicos ou militares. Os colégios laicos ou estrangeiros continuaram destinados às elites do regime, que mudaram pouco e nunca deixaram de se respeitar nem de se ajudar mutuamente, fossem de esquerda ou de direita. No lugar da escola, existe hoje um estacionamento automóvel e um dejectório para cães.

– Não tenhas medo. Não era ninguém. Pássaros a barulhar nas árvores.

Assim falava Ildo à sua amada, afagando-lhe os cabelos, dentro do jipe estacionado atrás do cemitério, perto das oito horas da noite.

– Pássaros, com este frio?

– Eles sabem aquecer-se. Quem voa não tem frio, namorada.

Não eram de aves os ruídos que Ildo e a mulher que o amava em automobilístico recato escutavam, mas sim de um bando de jovens que se afoitara a assaltar o cemitério para ir vender flores nos restaurantes da marginal. A ronda da polícia não passava nas cercanias do cemitério; tinha outras prioridades, além de que um dos agentes, aficionado de filmes de fantasmas, era supersticioso em relação a lugares com mortos. Os vidros do jipe estavam de tal modo embaciados que não se conseguia ver nada lá para dentro, mas o bando de floristas nem olhou para o carro. Ildo acendeu o isqueiro.

– Vais fumar, aqui dentro?

O rapaz aproximou a chama do isqueiro do rosto da mulher e disse:

– Não, namorada. Quero olhar para ti.

É sabido que neste mundo sucedem inúmeras coisas em simultâneo, e que raramente esses sucedimentos têm ligação entre si. Dos livros, pelo menos dos de ficção, espera-se alguma conexão entre factos díspares e desavindos. Este livro começou no instante em que, no interior de uma morna cantada por Ildo Lobo, vi o jovem Ildo acendendo um isqueiro como um sol portátil sobre o rosto da amada. O romântico Ildo que reclama o meu romance não sabe crioulo, nunca ouviu falar de Ildo Lobo nem conhece Cabo Verde. Dancei diante da voz poderosa de Ildo Lobo, em 2002, da primeira e única vez que fui a Cabo Verde, por ocasião de uma Feira do Livro. Nos dias – e são muitos – em que duvido da capacidade transfiguradora da escrita, recordo a euforia com que crianças e jovens esperavam a inauguração, as horas que passavam à porta do edifício da Feira do Livro para entrarem primeiro, e o modo como corriam para as estantes e arrebanhavam quantos livros lhes coubessem nos braços, no pavilhão chinês onde se realizava essa feira, na cidade da Praia. Em Portugal, só em recintos de espectáculos de *rock* encontrei o mesmo dinamismo juvenil, a mesma espera, a mesma corrida. A música de

Ildo Lobo, no seu erotismo melancólico, aumenta a leveza dos corpos e diminui a importância da dor: tudo é simultâneo, irrepetível, fugaz. Morreu novo, Ildo, em 2004, com cinquenta anos. Ainda, continua a cantar ao longo deste romance, sob a voz de uma personagem que nunca deu pela sua existência.

O animal humano é capaz de viajar até Marte mas demonstra-se incapaz de alcançar o que acontece dentro da sua própria vida. Alguns acreditam num destino redentor e embrulham-se nele como numa manta de estrelas. Uma manta ampla e distante, porque as estrelas são, também elas, sinais de morte. A um par de quilómetros do sítio onde Ildo e a sua musa se entregam ao tumulto da felicidade, Ana Lúcia é violentamente atacada. Já conheço Ana Lúcia Soveral; veio ter comigo através de Afonso, um cirurgião plástico de que era amante num romance que escrevi há quase dez anos. Era então mais velha, senhora do seu nariz, e tinha o vício, que reputo de nascença, de querer escrever a sua própria história. A onisciência também tem os seus intervalos, pelo que faço entrar nesta história a voz de Ana Lúcia.